



A presente obra é uma iniciativa inédita e pioneira ao reunir artigos de renomados especialistas, de diferentes setores, sobre o desafiante tema das “Finanças sustentáveis e a responsabilidade socioambiental das instituições financeiras”.

As contribuições, propiciadas por representantes da comunidade acadêmica, do Ministério Público, do Poder Judiciário, de órgãos ambientais, advogados, gestores e por especialistas das áreas de risco socioambiental do setor financeiro em nível nacional e internacional, colaboram para a criação e o fortalecimento de mecanismos de mercado e de políticas públicas para o financiamento sustentável.

Entre os aspectos discutidos no livro, está a inserção da variável socioambiental na análise de crédito, em especial após a publicação da Resolução CMN nº 4.327/2014 do Banco Central do Brasil, órgão regulador e supervisor do Sistema Financeiro Nacional que define diretrizes que devem ser observadas no estabelecimento e na implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental pelas instituições financeiras.

O livro apresenta, ainda, posições de representantes da Federação Brasileira dos Bancos, de instituições financeiras e de autores especialistas nos temas socioambientais e sinaliza o trajeto para as finanças sustentáveis por meio da avaliação dos riscos e dos impactos socioambientais de projetos pelos empreendedores e órgãos regulamentadores e de controle.

O caminho para as finanças sustentáveis exige a avaliação dos riscos e dos impactos socioambientais de projetos pelos empreendedores, órgãos regulamentadores e de controle e também pelas instituições financeiras.

A expectativa é que esta obra possa despertar novos conceitos e visões dos diferentes setores, bem como ser um norte para o desenvolvimento de tecnologias e a ampliação de fontes de financiamento voltadas a projetos de impacto socioambiental positivo, a estruturação de modelos de negócio de impacto socioambiental positivo e a busca por políticas públicas que promovam inovação socioambiental.

Somente um trabalho bem orquestrado entre os diferentes stakeholders será capaz de conduzir de maneira apropriada a transição para uma economia sustentável e inclusiva.

Autores

Consuelo Y. Moromizato Yoshida
Sandra Akemi Shimada Kishi
Renata Soares Piazzon
Marcelo Drügg Barreto Vianna

FINANÇAS SUSTENTÁVEIS E A RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Área específica
Direito Ambiental.

Áreas afins
Direito ambiental e financeiro,
governança corporativa.

Público-alvo/consumidores
Instituições financeiras, academia, instituições
públicas e privadas, governo e sociedade civil.

FORMATO: 17 X 24 cm

CÓDIGO: 10001174

F491 Finanças sustentáveis e a responsabilidade socioambiental das instituições financeiras/ Consuelo Y. Moromizato Yoshida...[et al.] (Coord.).– Belo Horizonte : Fórum, 2017.

417 p.

ISBN: 978-85-450-0234-5

1. Direito Ambiental. 2. Direito Financeiro. 3. Governança corporativa. I. Yoshida, Consuelo Y. Moromizato II. Kishi, Sandra Akemi Shimada. III. Piazzon, Renata Soares. IV. Vianna, Marcelo Drügg Barreto. V. Título.

CDD 341.347

CDU 349.6

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

YOSHIDA, Consuelo Y. Moromizato et al. (Coord.). Finanças sustentáveis e a responsabilidade socioambiental das instituições financeiras. Belo Horizonte: Fórum, 2017. 417 p. ISBN 978-85-450-0234-5.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Paulo Affonso Leme Machado 17

PRÓLOGO

Fábio Colletti Barbosa 19

APRESENTAÇÃO..... 21

PARTE 1

DANO AMBIENTAL E O CONTEXTO DA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

CAPÍTULO 01

INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E DANOS AMBIENTAIS CAUSADOS POR ATIVIDADES FINANCIADAS

ANA MARIA DE OLIVEIRA NUSDEO 27

1.1 Introdução 27

1.2 A responsabilidade por danos ambientais no Direito brasileiro. Elementos centrais 28

1.3 Responsabilidade civil e teorias sobre o nexo de causalidade..... 30

1.4 Poluidor indireto e nexo de causalidade 31

1.5 Deveres constitucionais das instituições financeiras na prevenção de danos ambientais 35

1.6 Deveres legais das instituições financeiras na prevenção de danos ambientais 35

1.7 A responsabilidade civil das instituições financeiras por danos ambientais causados pelas atividades financiadas..... 40

1.8 Conclusões..... 43

Referências..... 44

CAPÍTULO 02

ESTADO DA ARTE DA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DO FINANCIADOR

ALEXANDRE LIMA RASLAN..... 45

Introdução 45

2.1	Iniciativas implicantes: crédito e meio ambiente.....	46
2.2	Plano legislativo.....	48
2.3	Plano regulamentar.....	50
2.4	Estímulos do mercado.....	54
	Conclusão.....	55
	Referências.....	55

CAPÍTULO 03

BREVES REFLEXÕES SOBRE AS NORMAS AMBIENTAIS NACIONAIS IMPOSTAS ÀS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

DANIELA BACCAS	57	
3.1	Introdução.....	57
3.2	Principais normativos.....	58
3.3	Conclusão.....	70
	Referências.....	72

CAPÍTULO 04

A TRANSDISCIPLINARIDADE DA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

EDUARDO DE CAMPOS FERREIRA

ANA CECÍLIA VIEGAS MADASI	73	
	Introdução.....	73
4.1	A transdisciplinaridade e sua relação com o Direito Ambiental.....	74
4.2	A responsabilidade civil ambiental.....	75
4.2.1	A responsabilidade civil em geral.....	75
4.2.2	A responsabilidade civil ambiental.....	76
4.3	A responsabilidade das instituições financeiras.....	79
4.3.1	Âmbito internacional.....	79
4.3.2	Âmbito nacional.....	80
4.4	A transdisciplinaridade da responsabilidade social e ambiental das instituições financeiras.....	81
4.4.1	A responsabilidade ambiental das instituições financeiras.....	81
4.4.2	A responsabilidade das instituições financeiras no âmbito social.....	83
4.4.2.1	A responsabilidade social sob a ótica penal.....	83
4.4.2.2	A responsabilidade social sob a ótica trabalhista.....	84
4.5	Considerações finais.....	85
	Referências.....	86

CAPÍTULO 05

MULTA ADMINISTRATIVA AMBIENTAL

FÁBIO MENEGUELO SAKAMOTO	87	
	Introdução.....	87
5.1	Tríplice responsabilidade pelo dano ambiental.....	89
5.2	Corresponsabilidade entre os atores estatais e particulares.....	89
5.3	O poluidor.....	90
5.4	A responsabilidade civil ambiental.....	91
5.5	A responsabilidade administrativa ambiental.....	93
5.5.1	Responsabilidade administrativa ambiental e o princípio da legalidade.....	94
5.5.2	Natureza jurídica da multa administrativa em geral e a desnecessidade, como regra, de comprovação de dolo ou culpa.....	94
5.5.3	Natureza jurídica mista da multa ambiental.....	95
5.6	O tratamento da multa ambiental na Lei nº 9.605/98 – a inclusão dos elementos subjetivos: negligência e dolo.....	97
5.7	O contrassenso da exigência de dolo ou culpa pelo art. 72, §3º, da Lei nº 9.605/98.....	97
5.8	Princípio da intranscendência da pena.....	99
5.9	A multa aplicada ao Banco Santander.....	100
5.10	Conclusão.....	101
	Referências.....	103

CAPÍTULO 06

RESPONSABILIDADE OBJETIVA, FINANCIAMENTOS E MEIO

AMBIENTE	
NA LEI ANTICORRUPÇÃO	
ETHEL MARTINEZ DE AZEVEDO CAMARGO	
IVAN CARNEIRO CASTANHEIRO	
SANDRA AKEMI SHIMADA KISHI	
GUILHERME GORGA MELLO	105
6.1 Introdução	105
6.2 Responsabilidade civil ambiental do agente financiador. Ordem econômica na Constituição Federal e Lei de Política Nacional do Meio Ambiente	106
6.3 Responsabilidade objetiva por ato de corrupção (Lei nº 12.846/2013).....	108
6.3.1 Dos bens juridicamente tutelados pela Lei Anticorrupção (artigo 5º Lei nº 12.846/2014).....	110
6.3.2 Dos atos de corrupção na Lei nº 12.846/2013 e a empresa financeira	111
6.3.3 Caráter preventivo dos programas de integridade, o chamado “compliance”	115
6.3.4 Vulnerabilidades das empresas brasileiras no controle dos riscos	117
6.4 Compatibilização entre sustentabilidade socioambiental e equilíbrio econômico-financeiro dos contratos nas concessões e nas Parcerias Público-Privadas (PPPs) – possível configuração como ato de corrupção pela Lei nº 12.846/2013.....	118
6.5 Conclusões.....	121
Referências.....	123

PARTE II

A VARIÁVEL SOCIOAMBIENTAL NA ANÁLISE DE CRÉDITO E OS NOVOS RUMOS DO DIREITO AMBIENTAL BRASILEIRO

CAPÍTULO 07

O PROCESSO DE INSERÇÃO DA VARIÁVEL SOCIOAMBIENTAL NA ANÁLISE DE CRÉDITO

LAURINE D. MARTINS LOPES	127
7.1 Introdução	127
7.2 A aproximação do setor financeiro com as questões socioambientais	128
7.2.1 O Judiciário.....	129
7.2.2 O Ministério Público	131
7.2.3 A sociedade civil.....	132
7.2.4 O Banco Central do Brasil	133
7.3 O processo de desenvolvimento da estrutura de governança e da gestão do risco socioambiental.....	135
7.3.1 Fase do conhecimento.....	136
7.3.2 Fase da estruturação	137
7.3.3 Fase do acompanhamento.....	137
7.4 Considerações finais.....	138
Referências.....	140

CAPÍTULO 08

A RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E A RESOLUÇÃO CMN Nº 4.327/2014

ANNETTE MARTINELLI DE MATTOS PEREIRA	141
8.1 Introdução	141
8.2 Responsabilidade civil ambiental	142
8.3 Responsabilidade civil ambiental das instituições financeiras.....	142
8.3.1 As teorias do risco criado e da equivalência das condições vis a vis as teorias do risco integral e da condição adequada	143
8.3.2 Efeitos da adoção das teorias do risco e de causalidade no caso de instituições financeiras	144
8.3.3 As diligências socioambientais legalmente exigidas das instituições financeiras	147
8.3.4 Jurisprudência	149
8.4 A Resolução CMN nº 4.327/2014.....	152
8.4.1 Contexto geral da regulamentação	152
8.4.2 Pontos mais relevantes da Resolução CMN nº 4.327/2014	152
8.5 Conclusão	154
Referências.....	154

CAPÍTULO 09

A ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO E A NECESSIDADE DE DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS OBJETIVOS PARA IMPUTAÇÃO DA RESPONSABILIDADE AMBIENTAL DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

ALINE PACHECO PELUCIO	157
9.1 Introdução	157
9.2 A responsabilidade ambiental das instituições financeiras no Brasil – tendências e perspectivas.....	160
9.3 Impactos da regra de responsabilidade ambiental das instituições financeiras sob a ótica da análise econômica do Direito	164
9.3.1 A necessidade de mensuração dos impactos econômico-financeiros de uma decisão de regulação.....	166
9.4 Conclusões: a necessária definição de critérios objetivos para imputação da responsa- bilidade ambiental das instituições financeiras	168
Referências.....	170

CAPÍTULO 10

O SEGURO AMBIENTAL E A SUA IMPORTÂNCIA PARA O FINANCIAMENTO SUSTENTÁVEL

ROBERTA DANELON LEONHARDT

EDUARDO AVILA DE CASTRO

GUILHERME D'ALMEIDA MOTA	173
10.1 Introdução	173
10.2 Conceito e breve histórico	174
10.3 Perspectivas e oportunidades.....	180
10.4 Conclusão	185
Referências.....	186

CAPÍTULO 11

NOVOS RUMOS DO DIREITO AMBIENTAL BRASILEIRO

JULIANA RAUS MAIORAL	187
11.1 Introdução	187
11.2 Redescobrimos mecanismos de precaução e prevenção.....	189
11.3 Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010)	190
11.4 Lei Complementar nº 140/2011.....	192
11.5 Novo Código Florestal (Lei nº 12.651/2012).....	196
11.6 Resolução CMN 4327/2014.....	197
11.7 Considerações finais.....	199
Referências.....	200

CAPÍTULO 12

RESPONSABILIDADE DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS: DA ATUAÇÃO REATIVA À ATUAÇÃO PROATIVA

CONSUELO YATSUDA MOROMIZATO YOSHIDA	203
12.1 Considerações introdutórias.....	203
12.2 Os referenciais teóricos da lógica do descumprimento e da lógica do cumprimento das normas jurídicas.....	204
12.2.1 O papel do ilícito e da sanção para Kelsen. A valorização da prestação (dever ser) e das consequências positivas do cumprimento das normas (Cóssio e Montoro).....	205
12.2.2 O perfil do ordenamento jurídico no Estado contemporâneo (protetivo-repressivo e promocional). Superioridade do controle social ativo em relação ao controle passivo (Bobbio)	205
12.3 A gestão compartilhada do meio ambiente como exigência constitucional: a corres- ponsabilidade dos poderes estatais e dos atores econômicos e sociais. A responsabilidade compartilhada dos elos da cadeia (atores públicos e privados).....	206
12.4 O pedagógico sistema da responsabilidade ambiental (civil, administrativa e penal) de cunho reparatório-repressivo no Direito brasileiro	208
12.5 Transição do predomínio do sistema de comando e controle estatal e de cunho corretivo-repressivo. A PNRS como marco legal	209
12.6 A responsabilidade civil ambiental das instituições financeiras.....	210
12.6.1 A responsabilidade civil ambiental das instituições financeiras sob a ótica	

corretivo-repressiva	210
12.6.2 Riscos da utilização indiscriminada da solidariedade passiva e da indevida atuação substitutiva da Administração Ambiental no licenciamento e na fiscalização ambientais	213
12.6.3 O protagonismo, a proatividade e a contribuição das instituições financeiras na disseminação em cadeia da responsabilidade socioambiental corporativa. A incorporação da variável socioambiental na análise e concessão do crédito. Os Princípios do Equador e documentos similares. Apresentação do <i>case</i>	
Itaú Unibanco	214
Referências	216

PARTE III

ECONOMIA, SUSTENTABILIDADE E GOVERNANÇA CORPORATIVA

CAPÍTULO 13

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

E GOVERNANÇA CORPORATIVA

APARECIDA TEIXEIRA DE MORAIS

BEATRIZ DE OLIVEIRA MARCONDES

GILBERTO SOUZA

MARCELO DRÜGG BARRETO VIANNA

MARTA VIEGAS

ROBERTA DANELON LEONHARDT 221

13.1	Introdução	221
13.2	O arcabouço legal da responsabilidade ambiental das instituições financeiras	222
13.3	Governança corporativa	226
13.4	Deveres fiduciários dos administradores	228
13.4.1	Auditoria	229
13.5	Caso prático do Banco Triângulo S.A. – Tribanco	231
	Agradecimentos	233

CAPÍTULO 14

THE ETHICAL FOUNDATIONS OF WORLD BANK SAFEGUARDS

BRUCE RICH 235

	Introduction	235
14.1	The Ethical Impetus Behind the Evolution of World Bank Safeguards	236
14.2	Ethics, Economics, and Philosophy	238
14.3	Market Fundamentalism and the forgotten legacy of Adam Smith	244
14.4	The Double Movement	247
14.5	Other Historical Sources of Environmental Safeguards Rooted in a Global Ethic	250
14.6	Safeguards, a Global Ethic, Deontologically and Consequentially Based	254

CAPÍTULO 15

ANTROPOCENO, ECONOMIA E SUSTENTABILIDADE

CARLOS A. H. BOCUHY 257

15.1	O Antropoceno	257
15.2	O rearranjo das nações	258
15.3	Observando lobos	259
15.4	O coração do dragão	260
15.5	Economia e o darwinismo de mercado	261
15.6	Dentro do laboratório darwiniano	262
15.7	A síndrome da Hidra	263
15.8	A falta de planejamento e o sacrifício da ciência	263
15.9	O mito da infalibilidade do estudo de impacto ambiental e a figuração na gestão participativa	265
15.10	A suprema mão invisível do mercado	268
15.11	Malthus, Marx e a curva de Kuznets ampliada por Piketty	269
15.12	Indicadores: barbárie e tecnologia	270
15.12.1	PIB	271

15.13	A era das metrópoles e a insustentável concentração humana	273
15.14	Planejamento: a crise de percepção na tomada de decisões	274
15.15	Diálogos com o charuto.....	275
15.16	Diferentes níveis de reponsabilidade socioambiental do agente financiador	276
15.17	Da miopia burocrática à responsabilidade socioambiental	277
15.18	O ritmo de Midas e o compasso natural	279
15.19	Dança das moedas e modernismo antropofágico na Rio + 20	280
15.20	Uma bússola para a volatilidade de Mercúrio	280
15.21	Conclusão: novo marco civilizatório: prosperar em paz e sustentabilidade	281
	Referências.....	282

CAPÍTULO 16

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS SOB A ÓTICA ECONÔMICA DAS REGRAS DE GOVERNANÇA SOCIOAMBIENTAL

HUMBERTO TAVARES DE MENESES	285
Introdução	285
16.1 Análise econômica da questão socioambiental	287
16.1.1 O que e quanto produzir? Como e para quem produzir?	287
16.2 Aspectos legais e regulatórios	290
16.2.1 A questão socioambiental sob a perspectiva do Direito Econômico	290
16.2.2 A variável socioambiental no ambiente regulatório brasileiro.....	291
Conclusão	295
Referências.....	296

PARTE IV

EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL: O COMBATE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

CAPÍTULO 17

ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA NA PROMOÇÃO DO ACESSO DE POPULAÇÕES VULNERÁVEIS AO MECANISMO INDEPENDENTE DE CONSULTA E INVESTIGAÇÃO EM PROJETOS FINANCIADOS PELO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

JAIRO SALVADOR DE SOUZA

DAVI QUINTANILHA FAILDE DE AZEVEDO	299
17.1 Introdução	299
17.2 O Banco Interamericano de Desenvolvimento	300
17.2.1 As políticas operacionais do Banco Interamericano de Desenvolvimento	302
17.2.1.1 Política operacional 703 – meio ambiente e observância de salvaguardas	304
17.2.1.2 Política operacional 710 – reassentamento involuntário	305
17.2.1.3 Política operacional 761 – igualdade de gênero no desenvolvimento.....	308
17.3 O Mecanismo Independente de Consulta e Investigação	309
17.3.1 Procedimento do MICI	310
17.4 O caso da “Via Banhado”	311
17.5 Considerações finais.....	316
Referências.....	316

CAPÍTULO 18

MANAGING LENDER LIABILITY: LESSONS FROM THE U.S. PERSPECTIVE

JEFFREY GRACER

VICTORIA SHIAH TREANOR	319
18.1 Uncertainty and Fears of Liability	320
18.2 Pursuit of a Safe Harbor	322
18.3 Application of the Safe Harbor.....	325
18.4 Practical Lessons.....	327
References.....	328

CAPÍTULO 19

DA ATUAÇÃO DA ONU, DO BANCO MUNDIAL E DO FMI NO DIREITO INTERNACIONAL DO MEIO AMBIENTE

JOSÉ CRETILLA NETO	331
19.1 Introdução	331
19.2 A Organização das Nações Unidas.....	332
19.2.1 Estrutura institucional da ONU	332
19.2.2 O Conselho de Segurança	333
19.2.3 A Assembleia Geral.....	334
19.2.4 A Corte Internacional de Justiça.....	335
19.2.5 O Conselho Econômico e Social – ECOSOC.....	335
19.2.5.1 Estrutura e funções	335
19.2.5.2 O ECOSOC e as questões ambientais	336
19.2.5.2.1 O Comitê para o Desenvolvimento Sustentável – CDS.....	336
19.2.5.2.2 O Fórum das Nações Unidas sobre Florestas – FNUF.....	337
19.3 O Banco Mundial.....	340
19.3.1 Criação do Banco Mundial e sua missão	340
19.3.2 As instituições do Banco Mundial	341
19.3.3 O Banco Mundial e o meio ambiente	342
19.4 O Fundo Monetário Internacional	344
19.4.1 Criação do FMI e sua missão	344
19.4.2 O Fundo Monetário Internacional e o meio ambiente.....	347
Conclusões.....	349
Referências.....	349

CAPÍTULO 20

NEGÓCIOS E SUSTENTABILIDADE – A ATUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

MÁRIO SÉRGIO FERNANDES DE VASCONCELOS	351
Introdução	351
As metas do Acordo de Paris.....	352
Medindo recursos intermediados pelos bancos para a Economia Verde.....	353
Uso da terra e o CAR	354
Uso da terra e o desmatamento.....	355
Energia	356
Títulos Verdes	358
Considerações finais.....	358

CAPÍTULO 21

O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NO FOMENTO AOS NEGÓCIOS DE IMPACTO E NO COMBATE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

RENATA SOARES PIAZZON	361
Introdução	361
21.1 Do risco – responsabilidade socioambiental das instituições financeiras.....	362
21.1.1 Breve contexto.....	362
21.1.2 O papel do Banco Central do Brasil.....	363
21.1.3 A Autorregulação da FEBRABAN	364
21.1.4 Avaliação ambiental prévia para mitigação de risco.....	365
21.1.5 Case de sucesso: como ir além?.....	367
21.2 Do impacto – O papel das instituições financeiras no fomento aos negócios de impacto.....	370
21.2.1 Finanças sociais e a era dos negócios de impacto.....	370
21.2.2 <i>Rankings</i> e certificações	372
21.2.2.1 Índices de Sustentabilidade Dow Jones (DJSI).....	373
21.2.2.2 Carbon Disclosure Project (CDP).....	373
21.2.2.3 Global Reporting Initiative (GRI).....	373
21.2.2.4 Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE).....	373
21.2.2.5 Princípios para o Investimento Responsável (PRI)	374
21.2.2.6 Impact Reporting & Investment Standards (IRIS).....	374
21.2.2.7 Global Impact Investing Rating System (GIIRS).....	374
21.3 O papel das instituições financeiras no combate às mudanças climáticas.....	375
21.3.1 Iniciativas da UNEP	379
21.4 Considerações finais	380
Referências.....	381

CAPÍTULO 22

GOVERNANÇA E GESTÃO DE SUSTENTABILIDADE E DE RESPONSABILIDADE SOCIAL NO SETOR EMPRESARIAL E NAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS: BUSCA DO ATENDIMENTO DOS COMPROMISSOS DAS RECENTES CONFERÊNCIAS DAS NAÇÕES UNIDAS

MARCELO DRÜGG BARRETO VIANNA	385
22.1 Introdução	386
Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável – Rio + 20	386
Cúpula Pós-2015	387
Conferência do Clima – COP 21	389
22.2 Busca do atendimento dos compromissos das recentes conferências das Nações Unidas pelo setor empresarial	391
22.3 Conceito de “Economia Verde”	392
22.4 Dez condições para uma transição rumo a uma economia verde estabelecidas pela CCI – Câmara de Comércio Internacional	393
22.5 Modelo de governança e gestão de sustentabilidade e responsabilidade social para o setor empresarial e instituições financeiras	400
22.6 Conclusões	404
Referências	405

EPÍLOGO

Édis Milaré	407
--------------------------	-----

SOBRE OS AUTORES	409
-------------------------------	-----

ANEXO I

MAPEAMENTO DE LEIS E REGULAMENTOS QUE POSSAM DIRECIONAR OS PRÓXIMOS PASSOS E FOMENTAR O ECOSISTEMA DE FINANÇAS SOCIAIS E NEGÓCIOS DE IMPACTO NO PAÍS	415
---	-----